

POBREZA RURAL: UM ESTUDO DAS TRINTA E CINCO MICRORREGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL, 2010.

- **Grupo de Trabalho:** GT 2 Economia e Desenvolvimento Regional, Territorial, Rural e Sustentável

Patricia Batistella⁽¹⁾, Denise Gomes de Gomes⁽²⁾Elen Presotto⁽³⁾, Lauana R. Lazaretti⁽⁴⁾,

⁽¹⁾Mestranda do Programa de Pós Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGE&D) da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/ Santa Maria-RS.patriciabatistella@rocketmail.com

⁽²⁾Mestrandas em Economia e Desenvolvimento, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, gomes_de_gomes@hotmail.com, epresotto11@gmail.com, lauana.lazaretti@yahoo.com.br.

*Bolsista Capes

Palavras-Chave: pobreza, pobreza multidimensional, microrregiões do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

O Banco Mundial (2015) aponta que o Brasil teve uma fase de progresso econômico e social nos anos de 2003 a 2014, já que mais de 29 milhões de pessoas saíram da linha da pobreza e houve uma redução na desigualdade social. No entanto, o ano de 2015, foi marcado pela estagnação deste período de progresso. Em termos históricos, a pobreza no Brasil é de fato uma característica herdada de seu processo de desenvolvimento tardio, limitado e altamente dependente. Não só a pobreza surtiu como resultado desse período, mas também a desigualdade social. Essas características acabaram difundindo-se pelas diversas regiões do país, no campo e na cidade, predominando em determinadas localidades com maior rigor.

Ao tratar de pobreza no meio rural se faz necessário levar em conta as suas próprias especificidades, pois o grau de vulnerabilidade dos indivíduos neste meio tende a ser maior. Não apenas por questões relacionadas com os níveis de renda mas também pela dificuldade de acesso a serviços considerados básicos, como saúde, saneamento básico, educação entre outros.

Com esta perspectiva, de analisar e verificar a existência de pobreza rural sobre a ótica multidimensional, o presente estudo buscará responder: em que medida o nível de educação, nível de renda, influenciam conjuntamente na probabilidade dos domicílios rurais que fazem parte das microrregiões do estado serem pobres ou não?

O presente trabalho tem por objetivo analisar os determinantes da pobreza multidimensional rural, nas trinta e cinco microrregiões do estado do Rio Grande do Sul, com base nos dados do Censo demográfico de 2010 e também da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

METODOLOGIA

O presente estudo busca analisar a relação entre a variável dependente (pobre/não pobre), com as demais variáveis selecionadas. Utilizou-se um conjunto de dados de corte transversal (*cross-section*).

O modelo *probit*, constitui um tipo particular de modelo com variáveis dependentes limitadas (VDL), onde o intervalo de valores é substancialmente restrito. Dessa forma, a variável dependente assume apenas dois valores, zero ou um. (WOOLDRIGE, 2010).

As variáveis utilizadas no estudo foram:

Variável dependente: Pobreza (variável dependente limitada): pobre (1), não pobre (0); Para definição desta variável, foi utilizado o método proposto por Hoffmann e Kageyama (2007), para pobre foi estabelecido em primeiro momento a renda básica, a partir disso em função das condições básicas de saneamento, energia elétrica e água encanada.

Variáveis independentes; educação: Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade, dados Censo demográfico 2010. (IBGE, 2016).

Renda: Renda média por domicílio em R\$, dados Censo demográfico 2010. (IBGE, 2016).

Para tanto foi estimada a seguinte equação:

$$Pobreza = \beta_0 + \beta_1 Renda + \beta_2 Educação + \varepsilon \quad (1)$$

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como trata-se de um modelo de probabilidade (*Probit*) para melhor interpretação foram estimados valores baixos, médios e altos das variáveis que foram elencadas para explicar a probabilidade de determinada microrregião ser pobre ou não. Para tanto, foi elaborada a tabela 1.

Tabela 1 – Cenários estimados para as variáveis Educação, Renda.

Variável	Educação	Renda	Φ	Probabilidade
Baixo	87,18	700,00	6,46	0,99
Médio	93,02	1.109,93	-0,38	0,35
Alto	96,05	1.850,00	-9,01	0,00000001
Alto/Baixo	96,05	700,00	1,13	0,87

Fonte: elaborada pela autora, dados da pesquisa.

A tabela 1, apresenta as probabilidades dos domicílios serem pobres dadas as condições que já foram elencadas anteriormente. Os valores atribuídos na segunda e terceira coluna são respectivamente os valores mais baixos, médios e altos da amostra de dados. O primeiro cenário analisado com baixa educação e renda, evidencia a alta probabilidade da microrregião ter domicílios rurais pobres. Enquanto o terceiro cenário estimado com as variáveis em padrões mais elevados, apresenta probabilidade muito baixa de ser pobre.

Esse resultado corrobora com as ideias propostas por Sen (2000), em relação a renda como apenas um meio de se alcançar o desenvolvimento. A probabilidade de pobreza diminui quando se elevam os fatores renda e educação, neste sentido os dois fatores influenciam na diminuição da pobreza nas microrregiões estudadas. Sen (2000), destaca que é importante diferenciar conceitualmente a noção de pobreza pela ótica da renda, com a pobreza via inadequação de capacidades, apesar das duas serem distintas para o autor. A renda é um “meio” para obter capacidades, mas não o fim em si.

A última hipótese, elencada na tabela 3, busca demonstrar qual seria a probabilidade de determinada microrregião apresentar estabelecimentos rurais pobres com educação elevada e renda baixa. O resultado apresentou a redução da probabilidade para 87%, o que comprova também que a educação pode ser um meio para o indivíduo aumentar sua capacidade, ou seja, contribuirá para seu discernimento em relação ao que lhe proporcionará melhor qualidade de vida.

CONCLUSÕES

A pobreza é tida como uma forma de privação humana, a qual por muitos anos foi tratada apenas em função da renda. Os estudos sobre o tema avançaram e passou-se a chamar a atenção que as questões relacionadas à pobreza, vão muito além do escopo apenas do tratamento da renda monetária, passando então a incluir demais variáveis para avaliá-la.

Os resultados obtidos mostraram-se em consonância com a abordagem teórica, o que permitiu concluir que a renda monetária não é o único determinante da pobreza. A educação mostrou-se uma variável importante para avaliar a pobreza das microrregiões gaúchas. Demonstrando assim, a importância do investimento em capital humano nessas microrregiões.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. Brasil **Aspectos gerais. Estratégias.** Disponível em: <
<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.
- FEEDADOS. Fundação de Economia e Estatística. **Dados e Mapas.** Disponível em: <
<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Disponível em: <
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2/>>, acessado em 07 jun de 2016.
- HOFFMANN, R; KAGEYAMA, A; **Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil.** In: Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural, 45.2007, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2007.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo. Companhia das Letras. 6 ° edição, 2000.
- WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria.** São Paulo. Cengage Leraning. 4º edição, 2010.

O IMPACTO DAS FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS E NÃO RENOVÁVEIS NA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA (1973-2014)

Grupo de Trabalho: GT 2 Economia e Desenvolvimento Regional, Territorial, Rural e Sustentável

Denise Gomes de Gomes⁽¹⁾, Elen Presotto⁽²⁾, Lauana Rossetto Lazaretti⁽³⁾, Patricia Batistella⁽⁴⁾

⁽¹⁾ Mestranda em Economia e Desenvolvimento; Universidade Federal de Santa Maria; Santa Maria, RS; Endereço eletrônico: gomes_de_gomes@hotmail.com;

⁽²⁾ Mestranda em Economia e Desenvolvimento; Universidade Federal de Santa Maria; Santa Maria, RS; Endereço eletrônico: epresotto11@gmail.com;

⁽³⁾ Mestranda em Economia e Desenvolvimento; Universidade Federal de Santa Maria; Santa Maria, RS; Endereço eletrônico: lauana.lazaretti@yahoo.com.br,

⁽⁴⁾ Mestranda em Economia e Desenvolvimento; Universidade Federal de Santa Maria; Santa Maria, RS; Endereço eletrônico: patriciabatistella@rocketmail.com.

Palavras-Chave: Energia, Matriz Energética, Fontes de Energia Renováveis, Fontes de Energia Não Renováveis.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma vantagem considerável em comparação à maioria dos países quando o assunto é energia: a abundância de recursos passíveis de serem transformados em energia elétrica. Classificá-lo como “potência energética e ambiental mundial nos dias de hoje não é exagero” (TOLMASQUIM, 2012, p. 1). Apesar de possuir os insumos pertinentes à produção de energia elétrica para uso industrial e doméstico, o setor enfrenta crises recorrentes, observadas desde sua estruturação e ampliação.

A Matriz Energética brasileira é bastante diversificada, operando tanto com fontes renováveis de energia, quanto com fontes não renováveis. A demanda por energia só tende a aumentar e o país precisa ser capaz de oferecer segurança energética (LORENZO, 2002). Assim, o presente estudo tem por objetivo analisar o quanto as energias renováveis e não renováveis impactam na oferta total de energia do Brasil no período de 1973 a 2014, levando em conta os preços das tarifas de energia e as importações da mesma.

METODOLOGIA

O instrumento de análise utilizado para demonstrar o quanto as energias renováveis e não renováveis estão impactando na oferta total de energia do país foi a metodologia de séries temporais, através de um Modelo Estático de estimação. O modelo estático está descrito na equação (1).

$$\ln OE = \beta_0 + \ln \beta_1 ONR + \ln \beta_2 OR + \ln \beta_3 IE + \ln \beta_4 PM + u \quad (1)$$

Onde OE corresponde à oferta total de energia, ONR é a oferta total de energia proveniente de fontes não renováveis de energia, OR é a oferta total de fontes renováveis, IE representa as importações de energia, PM é o preço médio corrente da tarifa de energia, u representa o erro do modelo, β_0 é o intercepto e os demais β_t , $t = 1,2,3$ e 4 , são os coeficientes das variáveis.

Todos os dados anuais pertinentes à pesquisa foram coletados junto ao Ministério de Minas e Energia (MME), por meio da publicação do Balanço Energético Nacional (BEN) referente ao período de 1973 a 2014. Como unidade de medida das séries OE, ONR, OR e IE utilizou-se 10^3 tep (1000 toneladas equivalentes em petróleo). Para a série PM, dada a indisponibilidade de dados, fez-se uso de uma proxy representada pela média simples entre a tarifa média anual de energia elétrica para o setor industrial e a tarifa média anual de energia elétrica para o setor residencial, ambos em moeda nacional corrente convertida a dólar corrente pela taxa média anual do câmbio e com impostos já embutidos. A série PM está mensurada em Megawatts-hora (MWh).

Após a estimativa, realizou-se testes RESET de Ramsey a fim de conferir se o modelo estava bem especificado, teste KPSS para verificar se havia presença de raiz unitária, teste de White para averiguar se

havia heteroscedasticidade e para investigar a respeito da presença de autocorrelação, foi aplicado o teste LM.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme estimação do modelo através do método MQO, a equação (2) apresenta os resultados básicos da estimação. Com a realização dos testes RESET, KPSS, White e LM, verificou-se que a série é estacionária, ou seja, não possui raiz unitária, não possui heteroscedasticidade, nem autocorrelação, indicando que o modelo está apto a ser utilizado na análise.

$$\ln OE = 0,00463818 + 0,419179ONR + 0,4475820R + 0,0170977IE + 0,00459323PM + u \quad (2)$$

Quanto ao nível de significância, enquanto as demais variáveis apresentaram nível de significância a 1%, apenas o Preço Médio obteve resultado estatisticamente não significativo, evidenciando a quase inelasticidade, da oferta de energia no Brasil em relação ao preço. Uma vez que o preço sobe, é comum que tanto residências, quanto indústrias, além do governo, adotem práticas de economia de energia, porém ainda é necessário um consumo mínimo para dar manutenção às atividades essenciais destes setores.

Quando a oferta de energia de fontes não renováveis, a oferta de energia de fontes renováveis e as importações de energia variam em 1%, a variação da oferta total de energia é de, aproximadamente, 0,042%, 0,45% e 0,017%, respectivamente. Tais resultados demonstram que, apesar de o Brasil contar por uma matriz energética fortemente apoiada na geração de energia provenientes de fontes de energia renováveis, ao longo da série observada, a oferta de energia oriunda de fonte não renovável ainda se mostra mais expressiva, mesmo que a diferença desta para a oferta de energias renováveis seja pequena.

Uma explicação para as fontes de energia não renovável ainda se destacarem em detrimento às fontes renováveis é a falta de marcos regulatórios. Esta ausência acabou desestimulando o investimento privado, configurando o período que engloba o final da década de 1990 e o início dos anos 2000 como um momento de crise de abastecimento de energia, evidenciando as fragilidades do setor tanto na produção, quanto na distribuição de energia elétrica (FREITAS, 2011).

CONCLUSÕES

A matriz energética brasileira, fortemente apoiada na hidroeletricidade, precisa de seus complementos para conseguir manter estável a oferta de energia. E a complementaridade ocorre também com fontes de energia não renováveis. Estas fontes, de acordo com os resultados explicitados na seção anterior, ainda impactam mais na oferta total de energia do país no agregado do período de 1973 até 2014. Analisando a tendência da oferta de energia proveniente de fontes renováveis, a tendência é que esta situação seja revertida.

O mercado da eletricidade não faz uma alocação eficiente dos recursos. Mesmo no caso do Brasil, é bastante difícil imaginar uma Matriz Energética limpa em sua totalidade. Enquanto o país ofertar mais energia proveniente de combustíveis fósseis, isto é, fontes de energia não renováveis, o desenvolvimento do setor não será pleno.

Apesar de nem sempre contar com uma oferta de energia considerada estável, além de ainda não ser autossustentável em geração de energia, precisando, por vezes, aumentar a impostação desta, o Brasil ainda pode ser visto como um país que teve sua estratégica de diversificação da matriz correta. Espera-se que cada vez mais a produção de estudos nesta área seja intensificada para que possamos lograr com uma energia de qualidade, segura e verdadeiramente pura.

REFERÊNCIAS

- FREITAS, G. S. **As Modificações na Matriz Energética Brasileira e as Implicações para o Desenvolvimento Sócio-Econômico e Ambiental**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 3a ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.
- LORENZO, H. C de. **O Setor Elétrico Brasileiro: Reavaliando o Passado e Discutindo o Futuro**. Araraquara, 2002.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). **Balanço Energético Nacional 2015 – Ano base 2014**. Rio de Janeiro: EPE, 2015.
- TOLMASQUIM, M. **Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil**. Estudos Avançados 26 (74), 2012.

GESTÃO DA QUALIDADE EM UMA AGROINDUSTRIA RURAL FAMILIAR PRODUTORA DE SUCOS EM CACHOEIRA DO SUL

Grupo de Trabalho: Economia e Desenvolvimento Regional, Territorial, Rural e Sustentável

Anderson Alex Jobim MENEZES⁽¹⁾, Ana Cristina Correa Carvalhal FERREIRA⁽²⁾,
Gabriele Rodrigues KASPER⁽³⁾, Karine Daiane ZINGLER⁽⁴⁾, Chaiane Leal AGNE⁽⁵⁾

⁽¹⁾ Acadêmico do curso de Administração(bacharelado); Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul; andersonjobim@hotmail.com;

⁽²⁾ Acadêmica do curso de Administração(bacharelado); Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul; anaccf@bol.com.br;

⁽³⁾ Acadêmica do curso de Administração(bacharelado); Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul; gabyrkasper@hotmail.com;

⁽⁴⁾ Professora Assistente em Economia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul; karine.zingler@gmail.com

⁽⁵⁾ Professora Adjunta em Desenvolvimento Rural da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul; chaianeagne@gmail.com

Palavras-Chave: gestão da qualidade, agroindústrias familiares, agricultura familiar, segurança alimentar

INTRODUÇÃO

A preocupação com a segurança alimentar é uma das questões que emerge no contexto social atual. Tal questão vai além da quantidade dos alimentos produzidos e consumidos, pois, envolve essencialmente a equidade e qualidade alimentar. A temática da gestão da qualidade está inserida nas visões contemporâneas de desenvolvimento, que implica repensar em formas alternativas de produção e consumo de alimentos. Com o intuito de garantir as condições higiênico-sanitárias adequadas à manipulação de alimentos em serviços de alimentação, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) publicou em 15 de setembro de 2004, a Resolução RDC nº 216, contendo o Regulamento Técnico de Boas Práticas para serviços de Alimentação. A ANVISA define Boas Práticas de Fabricação como um conjunto de procedimentos que devem ser seguidos por manipuladores, produtores e prestadores de serviços nas indústrias alimentícias, de forma a garantir a integridade e segurança do produto final. A visão da qualidade é incluída em todas as etapas produtivas, desde a matéria prima, insumos, processamento, armazenamento, transporte e comercialização.

As agroindústrias rurais familiares são alvos das discussões sobre a gestão da qualidade e segurança alimentar. Tais empreendimentos constituem como atividades de processamento de produtos da agricultura e da pecuária, e utilizam mão-de-obra essencialmente familiar. As legislações, políticas e procedimentos sanitários constituem como desafios para conciliar a segurança alimentar e a realidade social, econômica e cultural dos agricultores familiares.

Partindo desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo descrever os processos de boas práticas de fabricação adotados por uma Agroindústria Familiar de sucos, localizada no município de Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no período de março a maio de 2016, a qual se caracterizou como um estudo de caso, de natureza qualitativa e descritiva. Para a coleta dos dados, foi utilizado um formulário semi-estruturado, composto por questões abertas e fechadas, que foi aplicado aos sócios do empreendimento, por meio de entrevistas. As questões objetivavam verificar a utilização das boas práticas de fabricação, assim como a identificação do uso de métodos relacionados à produção e a qualidade dos alimentos desenvolvidos na agroindústria rural familiar. Também foram utilizados diários de campo (para anotar dados complementares, não previstos no formulário) e imagens (registros fotográficos). Os dados foram analisados por meios de procedimentos descritivos, que buscam relatar as informações geradas nas entrevistas, de forma qualitativa.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agroindústria familiar produtora de suco de uva, possui sete sócios, unidos por laços familiares, todos se enquadram como agricultores familiares e são produtores de frutíferas, matéria prima principal para produção dos sucos. A agroindústria está localizada no município de Cachoeira do Sul, o qual possui 83.827 habitantes, sendo que 12.127 habitantes residem no meio rural (IBGE, Censo demográfico, 2010).

A agroindústria possui o selo “Sabor Gaúcho”, o qual permite a venda do seu produto para escolas municipais através do programa PEAF (Programa Estadual de Agroindústria Familiar). Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, este selo possui a finalidade de possibilitar a agregação de valor, por meio da inserção dos produtos das agroindústrias rurais familiares em mercados formais.

Sobre as boas práticas de fabricação em relação a sucos e vinhos, Silveira, Garrido e Hoffmann (2015), descrevem sobre a importância do comprometimento da administração, sendo que os gestores devem se especializar e treinar equipes multidisciplinares para atingir a qualidade nos alimentos. Tal assertiva associa-se com o objeto de estudo, já que a agroindústria analisada possui um grupo comprometido na qualidade e estão envolvidos diretamente no setor administrativo e de produção. Os mesmos autores também destacam que o segundo passo refere-se à colheita e à localização de alguns setores. No que diz respeito à colheita, esta deve ser feita de acordo com a capacidade produtiva para que não haja perigo de contaminação, havendo a necessidade de armazenagem, este local deve ser isento de exposições a pragas e doenças e setores como refeitórios e banheiros devem se localizar fora da agroindústria. Na agroindústria, há uma programação da quantidade necessária a ser retirada dos pomares e levada até a área de processamento, desta forma havendo baixo nível de estocagem da fruta.

Segundo Silveira, Garrido, Hoffmann (2015), o terceiro passo se da através da alocação e armazenamento dos insumos que devem ser alocados em *pallets* a quarenta e cinco centímetros do chão e os produtos finalizados devem estar em local fechado e em ambiente separado do local de processamento. Sobre esse quesito, a agroindústria analisada não aplica de forma eficiente os procedimentos recomendados, pois os insumos e produtos finalizados são armazenados no mesmo lugar.

Apesar desses limitantes, os sucos produzidos são inseridos em mercados da localidade e da região, e são identificados pelos consumidores como alimentos com valor artesanal e colonial.

CONCLUSÕES

As boas práticas de fabricação são procedimentos que estão associados à gestão da qualidade e segurança alimentar. Nesse âmbito, as agroindústrias rurais familiares se destacam como empreendimentos alvos dessas iniciativas, que requerem gestão e suporte público local. É pertinente, ainda, avançar sobre as ferramentas administrativas que visam o controle da qualidade alimentar, tornando-a aptas à realidade da agricultura familiar. Parte dos procedimentos das BPF é aplicada com eficiência na agroindústria analisada, porém, alguns aspectos são limitantes. O atendimento aos requisitos das BPF é essencial para a manutenção da qualidade dos sucos, que possuem mercados já consolidados no município e na região. Os proprietários afirmam estar cientes que a não utilização destas ferramentas implica na diminuição da lucratividade e possível quebra de qualidade. Porém, relatam que há a necessidade de capital financeiro e auxílio governamental para a implementação.

REFERÊNCIAS

- ANVISA. **Boas Práticas.** Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/alimentos/bpf.htm> Acessado em abril de 2016
- SILVEIRA, GARRIDO, HOFFMANN. **Processos de Elaboração de Sucos e Vinhos, BPA e PPHO, Volume 5 (EMBRAPA, 2015)**. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/132543/1/manual-5-processos-cap4.pdf> Acessado em março de 2016
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO. **Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF).** Disponível em: http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=529&cod_menu=9 Acessado em abril de 2016
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO. **Agroindústrias de Não Me Toque Ganham Selo Sabor Gaúcho.** Disponível em: http://www.sdr.rs.gov.br/conteudo.php?cod_conteudo=6132&cod_menu=2 Acessado abril de 2016
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: maio de 2016.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA: EXPERIÊNCIA DE UMA COOPERATIVA NA EXECUÇÃO DE UMA CHAMADA PÚBLICA VOLTADA À AGROECOLOGIA

Grupo de Trabalho: GT 2 Economia e Desenvolvimento Regional, Territorial, Rural e Sustentável

Evandro de Oliveira Lucas⁽¹⁾, Claudia M. da Rosa Gonçalves⁽²⁾, Chaiane Leal Agne⁽³⁾

⁽¹⁾Graduando em Agronomia, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Cachoeira do Sul, RS; evandroolilucas@hotmail.com

⁽²⁾Pós-Graduanda em Agricultura e Sustentabilidade (Especialização), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Cachoeira do Sul, RS; clau.agroindustria@gmail.com

⁽³⁾Professora Adjunta em Desenvolvimento Rural, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Cachoeira do Sul, RS; chaianeagne@gmail.com

Palavras-Chave: Comunicação; sustentabilidade; Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

A agroecologia emerge no centro das discussões sobre sustentabilidade, ao propor métodos que equilibram os ecossistemas. Situado no campo da interdisciplinaridade, o discurso ambiental é baseado em dois eixos que se relacionam: a ecologia e a cultura. O primeiro explica a dinâmica complexa dos sistemas naturais e o segundo a complexidade das relações humanas, os quais são interdependentes e que causam influências entre si.

Tais ideias estão associadas às críticas aos modelos de desenvolvimento dominante, que tem como base o crescimento do PIB, acumulação e escassez dos recursos naturais. Dessa forma, a agroecologia propõe formas alternativas da relação homem-natureza, que implica em outros modelos de produção e de consumo. E, essa concepção também está relacionada à noção de desenvolvimento rural sustentável, cujos valores como a equidade, qualidade de vida dos agricultores, resiliência dos ecossistemas, renda e proteção ambiental estão presentes como princípios que norteiam as práticas e as políticas.

A troca de tecnologias para outras menos agressivas é a base da agroecologia. Entretanto, existem correntes de pensamento que defendem que as trocas e o cotidiano do agricultor transcendem as tecnologias. A valorização dos saberes tradicionais e empíricos, que por séculos fizeram parte do cotidiano das populações rurais, deve ser desenvolvida de forma conjunta às tecnologias.

Dante desse contexto, a sustentabilidade implica nas novas maneiras de integrar identidades culturais e processos globais, buscando outras formas de consumo, além dos padrões idealizados pelos mercados (Borba; Gomes; Trujillo; 2004). Para tanto, a agroecologia e a agricultura familiar são elementos importantes nesse processo. Segundo (Leff, 2002. p. 37) os princípios agroecológicos são “uma constelação de técnicas, saberes, e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população”.

O objetivo desse trabalho é analisar a prestação de assistência técnica e extensão rural da Cooperativa de Prestação de Assistência Técnica de Educação Rural (COOPSAT), bem como identificar avanços em relação ao desenvolvimento rural sustentável ocasionados pela ação desta entidade.

METODOLOGIA

A metodologia para construção deste trabalho consistiu em acompanhar as atividades realizadas pela COPSAT, visualizando como se dá a execução das atividades realizadas pela equipe técnica da entidade, procurando compreender como a Chamada Pública é executada pela entidade.

A COPSAT atende um total de 800 beneficiários em 24 municípios nas regiões de Vale do Rio, Centro Serra, Vale do Taquari e Alto da Serra do Botucaraí, o número de beneficiários por município é estabelecido pela própria entidade. São realizadas reuniões nas comunidades para mobilização e cadastro das famílias beneficiárias como primeira atividade, em seguida são realizadas caracterizações para depois ser iniciado as formações ao longo dos 3 anos de execução do contrato. A entidade está concluindo o segundo ano de execução do contrato (vigência de 11/2014 a 11/2017). Dentro deste fica estabelecido a obrigatoriedade de participação de 32 horas de formação em atividades coletivas e 8 horas de formação individual, avaliados pela coordenação do projeto como ponto negativo, pois gera um obrigatoriedade dos agricultores em participar das formações.



Este trabalho foi desenvolvido no período de julho a outubro de 2016. Foram acompanhadas famílias participantes da chamada pública ATER-AGREOCOLOGIA, contrato 105/2014, executado por meio de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O estudo é caracterizado como qualitativo-descritivo. Foram realizadas entrevistas a agricultores beneficiários da chamada pública, para a equipe técnica, de apoio e coordenação. Os dados foram coletados por meio da vivência com a equipe, foi utilizado um caderno de campo para registrar percepções do trabalho, bem como uma sequência de perguntas para as pessoas envolvidas na execução da chamada. A análise dos dados se deu por meio da compilação das informações que haviam sido registradas no campo, sendo acompanhado as reuniões da equipe técnica e realizadas 30 visitas juntamente com os técnicos que atuam na chamada nas 4 nos diferentes territórios que ela engloba.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos conhecimentos em torno da agroecologia, a cooperativa possui uma equipe multidisciplinar, que conta com técnicos agrícolas, em meio ambiente, em zootecnia, biólogos, tecnólogos em agroindústria, agrônomos, veterinários e administradores. Esta equipe se divide em três segmentos: a Equipe Promotora, que faz o trabalho a campo, composta majoritariamente por técnicos de nível médio; a Equipe Facilitadora, ou equipe de apoio, que auxilia os técnicos e realiza as atividades coletivas e a Equipe de Coordenação que acompanha a execução das atividades, a prestação de contas, além de auxiliar em atividades realizadas pelas demais equipes.

Foi possível identificar que a organização procura estabelecer um processo baseado no diálogo com os agricultores, realizando processos metodológicos participativos para planejar as atividades coletivas. A execução da chamada pública se baseia na realização destas atividades coletivas e de visitas técnicas.

As visitas técnicas discutem temas como gestão, agroecologia, comercialização, diversificação. Já as atividades coletivas envolvem cursos, intercâmbios e seminários com temas distintos. Ao longo da execução do contrato foi possível avaliar alguns resultados, tais como: a criação de feira, o aumento na produção para o autoconsumo, o resgate e a produção de sementes crioulas, a preocupação e a diminuição no uso de agrotóxicos, todos descritos pelos agricultores. A maioria das famílias atendidas são produtoras de tabaco, no momento que estas começam a diversificar sua produção, geram excedentes. Para tanto, é necessário a busca por mercados. Nessa questão, a cooperativa trabalha no fortalecimento da organização social, para que estes agricultores se unam em busca da viabilização e inserção da produção nos mercados, como a participação em feiras e em outras associações e cooperativas.

Há heterogeneidade entre os agricultores atendidos pela chamada pública, existindo agricultores com interesse pela agroecologia e outros que são resistentes a esta forma de produção. Diante disto, é pertinente a construção da diversificação e da agroecologia por diferentes caminhos, respeitando a individualidade de cada família e buscando a integração entre os saberes e ideias para a construção da sustentabilidade na agricultura.

CONCLUSÕES

Foi possível concluir que a entidade consegue realizar um trabalho que está em direção à agricultura sustentável, na medida em que conecta conhecimentos e técnicas da agroecologia. Todavia, é perceptível que faltam formações em torno da agroecologia para que a equipe possa desenvolver um trabalho com maior qualidade. Dentre as limitações, destacam-se as metas estabelecidas pelo contrato e a distância entre os municípios. Esta última condição é um fator que dificulta a realização das reuniões e encontros, sendo visível a divisão em três núcleos para o acompanhamento das atividades pela coordenação. Ademais, é necessário o avanço sobre o trabalho de transição que ocorre nas Unidades Produtivas, sendo que esse deve ser além da Chamada Pública, e, as reflexões sobre as proposições de soluções que estejam de acordo com as problemáticas da agricultura e autonomia dos agricultores.

REFERÊNCIAS

- BORBA, Marcos Flávio da Silva; GOMES, João Carlos Costa; TRUJILLO, Roberto Garcia. **Desenvolvimento Endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais.** In: PORTO, Victor Hugo da Fonseca; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; SIMCH, Terezinha de Lemos. Agricultor familiar: Sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo. Pelotas: EMBRAPA, Clima temperado, 2004, p. 159-170.
- LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental.** In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.1. Jan./Mar. 2002.

A ECONOMIA INSTITUCIONAL E O DESENVOLVIMENTO RURAL: ABORDAGENS TEÓRICAS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Cínthia Simões da Silva⁽¹⁾, João Garibaldi Almeida Viana⁽²⁾, Débora Nayar Hoff⁽²⁾

⁽¹⁾ Mestranda em Administração – Linha: Organização e Desenvolvimento; Universidade Federal do Pampa; Sant’Ana do Livramento, Rio Grande do Sul; cinthia.simoes@outlook.com.br

⁽²⁾ Doutor(a) em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente da Universidade Federal do Pampa , Sant’Ana do Livramento, RS, Brasil.

Palavras-Chave: Economia institucional, Desenvolvimento rural, Antigo Institucionalismo, Nova Economia Institucional.

INTRODUÇÃO

A economia institucional é uma perspectiva teórica que indica a importância das instituições, tanto agindo na vida em sociedade quanto sendo influenciada por ela. O institucionalismo trouxe uma visão evolucionária para a teoria econômica opondo-se aos fundamentos estáticos da teoria neoclássica, e pressupondo que o ambiente econômico não é dado e faz parte de um processo evolutivo, onde os meios e os fins se adaptam e agem na modificação do mesmo, enfatizando nesse processo a importância das instituições. O desenvolvimento rural é entendido como um elemento que engloba ações sociais, ambientais, econômicas e institucionais. No entanto, ainda que seja um processo de intensa modificação a área de pesquisa que estuda os fenômenos agrícolas tem seus pressupostos vinculados ao *mainstream* econômico e aos seus conceitos de mercado e equilíbrio, deixando muitas lacunas quando busca-se entender as modificações e os agentes do desenvolvimento no espaço agrário. Nessa perspectiva, para entender o desenvolvimento rural é necessária a aplicação dos conceitos teóricos da teoria institucionalista, pois auxilia a identificar as transformações ocorridas observando a importância das instituições.

Desta forma, o estudo tem por objetivo realizar uma revisão na literatura afim de elucidar esses fenômenos e entender de que forma os conceitos de instituições estão sendo aplicados nos estudos sobre desenvolvimento rural.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo da pesquisa, utilizou-se a técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, a base de dados utilizada na investigação foi a Scielo. As palavras-chave usadas para localizar os artigos que trazem a temática foram: *instituições, institucional, economia, desenvolvimento rural, institutional economics, rural development e institutions*. Foram selecionados e analisados sete artigos com base na sua relevância diante do objetivo proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos foram analisados observando as três correntes do institucionalismo: Antigo institucionalismo, Nova Economia Institucional (NEI) e Neoinstitucionalismo. Assim, na tabela 1 estão representados os resultados das análises.

Tabela 1: Trabalhos Investigados

Autores	Objetivo	Abordagem institucional	Resultados
Siman <i>et al.</i> (2006)	Demonstrar a contribuição das abordagens institucionais para os distintos processos do desenvolvimento rural	Nova Economia Institucional	O desenvolvimento rural exige uma compreensão da dinâmica da mudança econômica considerando as regras informais, sendo essa a contribuição mais latente do aporte teórico da NEI.
Alves <i>et al.</i> (2013)	Identificar a trajetória institucional das atividades econômicas ligadas ao agro turismo	Nova Economia Institucional	As instituições informais, evidenciada por meio das tradições da região influenciaram a atividade do agro turismo.
De Souza <i>et al.</i> (2012)	Discutir a caracterização do ambiente institucional no desenvolvimento turístico de Parintins no Amazonas.	Neoinstitucionalismo	As instituições baseadas nos costumes e tradições da localidade foram responsáveis pela criação de instituições como cooperativas, que caracterizam o ambiente institucional do turismo.

Silva e Cario (2016)	Aplicar a os aspectos da teoria institucionalista na discussão sobre o cenário atual do desenvolvimento rural brasileiro	Antigo Institucionalismo	O modelo de desenvolvimento institucional vebleniano, contemplando instintos e indivíduos, hábitos de pensar e de vida, instituições e interesses, torna claros os objetivos individuais e coletivos e qualifica as demandas do desenvolvimento rural brasileiro.
Vilpoux e Oliveira (2016)	Compreender os mecanismos institucionais utilizados por produtores de uva.	Nova Economia Institucional	As instituições informais, caracterizadas por costumes e confiança são importantes para o os pequenos produtores de uva de Jales.
Cordeiro e Tredezini (2010)	Investigar se o ambiente institucional existente na região, ligado ao financiamento rural atende as necessidades dos produtores familiares da região.	Antigo Institucionalismo e Neoinstitutionalismo	Os produtores rurais familiares (indivíduos) influenciaram mudanças no sistema de financiamento rural (instituições), porém ambiente institucional ligado ao crédito atende parte das necessidades dos produtores.
Kherallah e Kirsten (2002)	Apurar as contribuições da NEI para a investigação da política agrícola nos países em desenvolvimento	Nova Economia Institucional	A NEI através das teorias de contratos e custos de transação, demonstra oportunidades de melhorias na política agrícola dos países em desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pelo autor

CONCLUSÕES

A presente pesquisa possibilitou explorar os fenômenos do desenvolvimento rural com base no aporte teórico da teoria institucional, abrindo espaço para novos estudos voltados a esse tema. Em uma análise geral, a partir dos conceitos contemplados na fundamentação teórica, identifica-se que os estudos relacionados ao desenvolvimento rural trouxeram em seu contexto conhecimentos institucionalistas para explicar as transformações ocorridas no ambiente agrário, não atendidos pelo *mainstream* econômico. Principalmente no que tange a investigação sobre as mudanças institucionais, relações contratuais, economia de custos de transação, e estruturas de governanças.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. M; PAGLIARUSSI, M. S; DE AQUINO, A. C. B. Trajetória institucional do agroturismo em uma colônia italiana. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 15, n. 2, 2013.

CORDEIRO, K.W ; TREDEZINI, C.A. O Crédito Rural na Região Noroeste de São Paulo Produtora de Uva de Mesa Sob a ótica Institucional. In: Anais eletrônicos CONGRESSO DA SOBER, 48, Campo Grande-MS 2010.

DE SOUZA, P. A ; ANDRADE, F. A. V; CORDEIRO, K.W. Os impactos da organização do ambiente institucional no desenvolvimento do APL do município de Parintins na Amazonia. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 10, n. 5, p. 563-573, 2012.

KHERALLAH, M; KIRSTEN, J.F. The new institutional economics: applications for agricultural policy research in developing countries. **Agrekon**, v. 41, n. 2, p. 110-133, 2002.

SIMAN, R. F; CONCEIÇÃO, O. A; FILIPPI, E.E. A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. **Perspectiva Econômica**, v. 2, n. 2, p. 37-55, 2006.

VILPOUX, O.F; DE OLIVEIRA, M. A.C. Importance of informal institutions in institutional arrangements with small producers: case of table grapes in the region of Jales, São Paulo, Brazil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 18, n. 1, 2016.

SILVA, P. X; CARIO, S.A. Para além da interpretação do papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro: uma leitura sob perspectiva evolucionária-institucionalista. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 2, n. 1, p. 39-63, 2016.